

Memórias fora do armário: notas antropológicas sobre memória, patrimônio e museus LGBTQIAPN+ no Brasil

Thiago Barcelos Soliva
Hugo Menezes Neto

DOI: 10.48006/978-65-87289-38-14

INTRODUÇÃO: MEMÓRIA COMO CAMPO DE DISPUTAS SIMBÓLICAS E DE POLÍTICAS POR DIREITOS

No Brasil, as pessoas LGBTQIAPN+¹ sofrem com o preconceito e a violência que se retroalimentam, sendo, simultaneamente, causa e efeito da precarização de suas vidas (Butler, 2019) e de indução à morte. Segundo a pesquisadora e professora trans, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (2018), mesmo que a Constituição Federal de 1988 promova o conceito de cidadania ampliada, essa população, especialmente as pessoas transexuais

1 Adotamos o acrônimo LGBTQIAPN+ neste artigo por entendê-lo como mais inclusivo. É importante ressaltar que museus e arquivos virtuais dedicados à memória da diversidade sexual e de gênero usam diferentes acrônimos como LGBT+ e LGBTI+.

e travestis, continua alijada de seus direitos e de “uma perspectiva de vida com qualidade, dignidade, respeito e segurança, o que resulta na marginalização social e na violência psicológica, moral e física” (Nogueira, 2018, p. 221). Como uma importante dimensão do enfrentamento à precarização da vida e à “marginalização social”, é notória, nos últimos anos, a construção de uma agenda de interesses em torno da memória LGBTQIAPN+ com base na dinâmica política de um conjunto de agentes, instituições e movimentos sociais relacionado a uma militância político-patrimonial e ao campo do patrimônio.

Esse “ativismo memorial” (Soares, 2021) tem sido responsável por agenciar contranarrativas que buscam conferir historicidade e cidadania a corpos e *performances* dissidentes da norma de gênero e sexualidade. Como efeito, crescem na esfera pública as críticas ao modo desigual como são produzidas as narrativas históricas (Trouillot, 2016) e os perigos da produção de uma “história única” (Adichie, 2019), a qual, como parte do imperativo colonial estruturante da nossa sociedade, oprime e apaga a existência histórica de minorias sociais e suas lutas por sobrevivência. Esse debate intenta, entre outros fins: desestabilizar a narrativa pública patrimonial, que é cis-hetero-branca-androcêntrica-patriarcal; promover reparação histórico-patrimonial a grupos excluídos da história estabelecida como oficial, interditados dos

espaços de aparição (Butler, 2019), cujas memórias foram silenciadas; ressignificar símbolos e bens culturais materiais e imateriais, legitimados pelo aparelho burocrático do Estado, tratando-os como dispositivos de continuidade da opressão colonial, logo, hierarquizantes, violentos e antidemocráticos; fortalecer o sentido de grupo político que reúne sujeitos diversos inscritos numa sigla calcada na dissidência heterocisnormativa, uma vez que a memória e os patrimônios não são apenas resquícios ou produtos do coletivo, eles também forjam o próprio coletivo social.

Entendemos que a evocação da memória por parte desse ativismo está intimamente associada ao aprofundamento do processo de cidadanização da diversidade sexual e de gênero (Carrara, 2016), responsável por mobilizar esse debate na arena das políticas sexuais contemporâneas. Paralela e conseqüentemente, no campo museal, museus comunitários, não normativos e (muitos deles) virtuais, são instaurados na trincheira LGBTQIAPN+, no contexto das disputas assimétricas sobre memória social. Tais museus provocam fissuras na cadeia do patrimônio na medida em que reivindicam narrativas contra-hegemônicas e insurgentes capazes de alargar a compreensão da democracia rejeitando a ideia de “museu universal”, como diria Françoise Vergès (2023, p. 24): “um espaço social total, atravessado por lutas de classe, gênero e raça, culturais e ideológicas”. Esse espaço social total é também,

e cada vez mais, atravessado pela sexualidade nas disputas simbólicas, políticas e sociais que os constituem.

Compreender a força da revisão e da reparação histórica e memorial tornou-se ainda mais importante no contexto da ameaça crescente de ideias conservadoras, que tiveram no governo de Jair Bolsonaro (2018-2022) sua expressão mais acabada. As forças de extrema direita promoveram, como estratégia de guerra, mecanismos de fragilização da história e silenciamento das memórias de pessoas LGBTQIAPN+. York, Oliveira e Benevides (2020) chamam a atenção para uma dessas estratégias – a deslegitimação de reivindicações, narrativas e discursos do movimento político LGBTAQIAPN+ –, enquadrando-a nas categorias acusatórias: vitimismo, coitadismo e denunciismo. Para as autoras, essas noções difusas obstruem principalmente as vozes reivindicatórias das mulheres trans e travestis, impedindo a escuta do Estado e da sociedade de suas demandas urgentes. Deslegitima-se, entre outras pautas, as discussões sobre representatividade patrimonial e o direito à memória social.

A população LGBTQIAPN+ tem dedicado especial atenção aos processos de rememoração do passado e de reparação histórica como indispensáveis à manutenção da democracia, embora seja acusada, pelas vozes da extrema direita, de vitimismo quando pauta a ausência de representatividade patrimonial e a exclusão de suas memórias e experiências sociais nos espaços museais.

Por outro lado, na atual gestão do poder público federal, a “maquinaria patrimonial”² passa a empreender alguns esforços com fins de reconhecer o lastro memorial desse grupo social e, conseqüentemente, sua relevância histórico-cultural na construção da nação. Um exemplo paradigmático foi a instituição do Grupo de Trabalho, para esclarecer as violações de direitos humanos contra pessoas LGBTQIA+ na história brasileira, pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – através da Portaria nº 289/2023 –, que se apresenta como um reflexo da importância dessa agenda para dirimir as desigualdades e combater a violência e a LGBTfobia estrutural. Também vale citar a adoção do tema “Memórias e democracia: pessoas LGBTQ+, indígenas e quilombolas” para a 17ª Primavera dos Museus de 2023, pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram),³ que consolida a tendência das

2 Conforme Jeudy (2005), o conjunto dos agentes que operam o campo do patrimônio e manuseiam os discursos e a política de patrimônio e memória.

3 Os pesquisadores da museologia LGBTQIAPN+ no Brasil, Tony Boita e Jean Baptista, analisaram a relação entre as ações do Ibram e as questões LGBTQIAPN+, com objetivo de “pensar sua responsabilidade social no que diz respeito à geração de políticas públicas interessadas na superação da LGBTfobia” (Boita; Baptista, 2023, p. 119). Os autores tecem uma crítica contundente ao tardio reconhecimento da importância da museologia LGBTQIAPN+ para ser tema da Primavera dos Museus, principal evento do campo museal no Brasil.

instituições de memória em reconhecer essas existências em suas formas de narrar o passado.

Diante desse contexto, apresentaremos algumas questões ligadas ao processo de construção de um campo de disputas simbólicas em torno da memória e dos patrimônios LGBTQIAPN+ que envolve agentes, agendas e instituições. Esse exercício se ampara em dois movimentos analíticos articulados: 1) a ampliação da esfera dos direitos sexuais relacionada às mudanças na gestão da diversidade sexual e de gênero nas políticas sexuais contemporâneas operadas pelo movimento LGBTQIAPN+ e 2) o descentramento da noção canônica de patrimônio e da ideia de “museu universal” com base nas reivindicações de grupos historicamente assimilados como não históricos.

PRECARIEDADE PATRIMONIAL COMO PARTE DA EXPERIÊNCIA SOCIAL LGBTQIAPN+

Sabemos com clareza que sexo e sexualidade constituíram dispositivos de controle da colonialidade a serviço da subalternização de grupos sociais tidos como dissidentes da heteronormatividade, transformando os sujeitos LGBTQIAPN+ em vidas matáveis e não passíveis de luto (Butler, 2019). Muitas tecnologias de poder foram desenvolvidas para construção e manutenção de um

pacto hetero-cisgênero que promove a precarização da vida da população LGBTQIAPN+.

Para Judith Butler (2019, p. 22), precariedade é: “A situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração das redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferentemente expostas ao dano, à violência e à morte”. Butler (2015, 2019) explora a distribuição diferencial da condição precária e de atenção do Estado, destacando que populações são diferentemente expostas à vulnerabilidade social e à violência de diversas ordens. A precariedade, para a autora, relaciona-se também às normas de gênero, uma vez que as pessoas dissidentes da heterocisnormatividade são, muito mais do que outras, expostas ao assédio, à patologização, à violência e à morte.

Entendemos que a precarização permeia toda a experiência social da população LGBTQIAPN+, sendo, então, um imperativo também nas dimensões simbólica, memorial e patrimonial. É preciso reconhecer as operações de uma eficiente forma de produção de vulnerabilidade, que passa 1) pelo apagamento proposital dessa população da história oficial da sociedade brasileira, 2) pelo interdito na esfera pública de suas memórias de participação social e lutas coletivas e 3) pela falta de legitimação oficial dos patrimônios culturais LGBTQIAPN+. Assim, inspirados em Butler (2015, 2019), pensamos na incidência de uma

precariedade simbólico-patrimonial. Trata-se de uma experiência social politicamente induzida pela inscrição androcêntrica, heterocisnormativa e LGBTfóbica da maquinaria patrimonial do Estado brasileiro, na qual a população LGBTQIAPN+ sofre as consequências do proposital apagamento histórico e da interdição ao conhecimento público de suas memórias, tornando-se um conjunto de sujeitos de cultura não patrimonializável e, por conseguinte, não musealizável.

Do ponto de vista político-associativo, a precarização simbólico-patrimonial incide no potencial de articulação desse grupo pela via da destituição de seus conteúdos simbólicos da livre circulação nos espaços de aparição (Butler, 2019). O efeito desse gesto proposital da maquinaria patrimonial do Estado é a desagregação política, a desarticulação prévia das conexões possíveis estabelecidas pelo compartilhamento e reconhecimento de um passado comum, de memórias e patrimônios (materiais e imateriais) que referendam a experiência social LGBTQIAPN+ brasileira.

Diante dos processos agudos de precarização, inclusive a simbólico-patrimonial, a população LGBTQIAPN+ do Brasil – país com altos números de violência LGBTfóbica – reivindica uma “vida vivível” (Butler, 2019), com cidadania e direitos garantidos. Como importante desdobramento, de acordo com Butler (2019, p. 32), essa população requer o próprio “direito de aparição” numa disputa pela

esfera pública. Chamamos a atenção para uma dimensão não trabalhada por Judith Butler, a expectativa não apenas de ocupar os espaços físicos da rua – que a autora acredita à força das assembleias ou corpos em aliança –, como também o de, em decorrência desse impulso, repovoar os espaços de aparição simbólicos, com contranarrativas, personagens e memórias, promovendo uma lenta, porém imprescindível, reparação histórica. Nesse sentido, nada é tão contundente no enfrentamento à precarização simbólico-patrimonial do que se infiltrar na maquinaria patrimonial para reconhecer patrimônios e instaurar museus, esses dispositivos de legitimação de narrativas, produção de verdades e de sacralização dos bens culturais.

CIDADANIZAÇÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO BRASIL

Partimos da noção de cidadanização da diversidade sexual e de gênero no Brasil (Carrara, 2016)⁴ para nos

4 Carrara (2016), citando o antropólogo Luiz Fernando Dias Duarte, chama a atenção para o processo de incorporação de categorias marginalizadas apoiadas no tripé individualização, nacionalização e responsabilização. Ainda que Duarte se refira a um contexto de emergência de organizações não governamentais nos anos 1980, Carrara acredita que esse conceito pode ser eficiente para a compreensão dos processos políticos em torno da diversidade sexual e de gênero em países ocidentais a partir da década de 1960.

referirmos ao complexo processo de construção do sujeito político do coletivo hoje denominado LGBTQIAPN+. Esse processo liga-se a um intrincado contexto de disputas morais, políticas e sanitárias relacionadas à emergência dos movimentos pela “livre expressão sexual” no final da década de 1970. Não intentamos aqui recompor um histórico detalhado desse movimento, tarefa já realizada em outros estudos (Facchini, 2005; Facchini; Simões, 2009; Green, 2000; Quinalha, 2021), mas antes abordar as transformações que esse processo de cidadanização produziu dentro da política sexual contemporânea, relacionando-o à reivindicação de direito à memória e à sua musealização. Ao conceituar a noção de política sexual, Carrara (2015, p. 325) diz:

O conceito de política sexual permite interpretar simultaneamente múltiplas dimensões da gestão social do erótico e do sexual e explorar a coexistência, às vezes conflitiva, de distintos e muitas vezes contraditórios estilos de regulação moral, compreendidos aqui como conjuntos singulares de técnicas de produção de sujeitos, ou seja, de pessoas dotadas de certa concepção de si e de certa corporalidade.

Pensar a política sexual com base no processo de cidadanização da diversidade sexual e de gênero impõe refletir sobre as diferentes formas de regulação da sexualidade que atravessaram a construção do sujeito político

dos movimentos pela livre expressão sexual, bem como as suas pautas. Esse caminho analítico ilumina a cada vez mais evidente incorporação da linguagem dos “direitos sexuais” como parte dos direitos humanos na formulação da política sexual contemporânea, portanto, dos “direitos LGBT”. Ressaltamos, adiante, a inclusão da memória nesse repertório de direitos.

A história do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB)⁵ está intimamente relacionada à trajetória mais recente da democracia brasileira, que se inicia com o final da ditadura militar. A literatura especializada que recupera a trajetória do MHB é consensual em situar como eventos inauguradores desse movimento o lançamento do jornal *O Lampião da Esquina*, cuja sede situava-se no Rio de Janeiro, e a emergência do Grupo Somos, em São Paulo. Essas iniciativas se converteram em espaços de elaboração teórica e de incidência política que congregavam ativistas e intelectuais, inclusive profissionais da Antropologia. Nesses espaços, aprendia-se a ser

5 O MHB abarcava em seu interior experiências hoje consideradas bem distintas em termos de gênero e sexualidade. Nesse momento, a noção de “homossexualidade” constituía uma espécie de categoria guarda-chuva relacionada tanto à orientação sexual quanto à identidade de gênero. Na medida em que esse movimento se complexifica, novas identidades coletivas passam a reivindicar visibilidade, como as mulheres lésbicas e as pessoas trans.

“militante homossexual”, como destaca MacRae (1990) em seu estudo sobre o Grupo Somos. Esse aprendizado passava pelo trânsito em diferentes concepções sobre a homossexualidade, incluindo aquelas mais relativistas e antropológicas presentes em textos dos círculos acadêmicos e militantes, como o livro *O que é homossexualidade?*, de Edward MacRae e Peter Fry.⁶

Se na “primeira onda” do MHB⁷ seu sujeito político encontrava dificuldades para se estabilizar em meio a concepções essencialistas e construcionistas acerca da homossexualidade, expressas na tensão entre ativistas, entre “ser” ou “estar” homossexual, na “segunda onda” passa a se organizar com base em uma política de identidades e um estilo de militância fortemente ancorada no pragmatismo político (Facchini, 2005). Essa virada se dá no contexto

6 É importante destacar a ausência de travestis e transexuais dentro do movimento naquele momento. Uma análise importante acerca da emergência do movimento trans no Brasil e a sua tensa relação com o movimento LGBTQIAPN+ pode ser encontrada em Carvalho e Carrara (2013).

7 Segundo Regina Facchini (2005), a “primeira onda” do MHB teria se iniciado com o lançamento do jornal *O Lampion da Esquina*, em 1978, e, posteriormente, com a fundação do grupo Somos, em São Paulo, em 1979. A proposta desses primeiros núcleos de militância era mostrar que os homossexuais eram capazes de se realizar por meio da afirmação de uma identidade homossexual.

marcado pela eclosão da epidemia de HIV/aids e pelo processo de redemocratização política vivenciado no país.

Na década de 1980, principalmente a partir de 1983⁸, a epidemia de HIV/aids produziria efeitos duradouros no processo de cidadanização da diversidade sexual e de gênero então em curso. O surgimento da doença evocou uma série de estereótipos negativos sobre as práticas homossexuais e o seu sujeito, o homossexual. Do ponto de vista religioso, muitos acreditavam que a doença seria uma espécie de castigo imputado aos homens homossexuais pelos seus pecados contra a natureza. Já no plano científico, o homossexual, como um tipo social, passaria de uma patologia amplamente estudada pela ciência para a condição de um agente patogênico, principal grupo identificado como transmissor da nova doença (Daniel; Míccolis, 1983).

Inadvertidamente, a epidemia promoveu a “remoção do véu que cobria as sexualidades”, como lembra Trevisan (2018), tornando pública a discussão sobre a sexualidade no Brasil. A violência com que essa doença atingiu a sociedade marcou ainda novas possibilidades de

8 De acordo com Herbert Daniel e Leila Míccolis (1983), o primeiro caso oficial de morte por decorrência do vírus HIV no Brasil data de 1983, com o falecimento do cabeleireiro e maquiador Marquito.

inserção política dos coletivos homossexuais, visto que os grupos de ativistas dos movimentos pela “livre expressão sexual” foram pioneiros em elaborar respostas político-sociais às vítimas da doença. A mobilização em torno do enfrentamento à epidemia fez com que os poucos grupos que sobraram após a “primeira onda” do MHB dialogassem em uma arena comum. Essa conexão acontecia por meio da assistência direta aos infectados e pela busca de respostas do Estado diante da incidência da doença.

Em 1987, os debates em torno da Constituinte movimentaram a sociedade brasileira. Os “novos movimentos sociais”⁹ foram chamados a falar de si, na tentativa de tornar possível a incorporação de suas demandas ao texto constitucional. Na ocasião, o MHB vivenciava o esvaziamento de seus quadros, provocado pela fragmentação política ocorrida ainda em sua “primeira onda” (Câmara, 2002). Essa crise foi acentuada em função do afastamento dos ativistas em um momento em que os homossexuais foram responsabilizados pelo surgimento e pela disseminação da Aids (Góis, 1999). Diante de tal situação, o MHB, diferente-

9 Esses movimentos, além de debaterem a questão da moradia, das relações de trabalho, consideradas tradicionais e primordiais para o movimento operário, evidenciavam a existência de múltiplas relações de poder estruturadas nas desigualdades de gênero e de raça (Câmara, 2002).

mente dos movimentos de mulheres e do movimento negro, encontrava-se sem o devido preparo para negociar suas demandas junto ao Estado. A tentativa malsucedida de incluir a “orientação sexual” na Constituição de 1988 foi o reflexo mais imediato desse despreparo.

Ao analisar a situação, Cristina Câmara (2002) mostra que somente um grupo estava diretamente engajado nesse certame jurídico, o Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro. Mesmo assim, esse grupo encontrava-se internamente dividido entre aderir ao movimento antiaids ou manter as reivindicações por direitos civis. A segunda postura saiu vitoriosa em função dos esforços de um de seus mais destacados membros, João Antônio Mascarenhas (1927-1998), que representaria o MHB nos debates da constituinte em Brasília (DF).

A luta por direitos na Constituinte implicou um reposicionamento teórico diante da homossexualidade, incitando discussões acerca da validade explicativa e política da expressão “orientação sexual”. Depois de ser consensualmente escolhida por grupos homossexuais, a expressão foi enviada a um conjunto de intelectuais para ser analisada de forma que seu uso fosse legitimado (Câmara, 2002; Facchini, 2005). A experiência na Constituinte, à revelia do desfecho favorável para o MHB, contribuiu efetivamente para a construção de uma percepção pública desse grupo como sujeitos de direitos. Mesmo que não

materializada na Constituição de 1988, as questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero se beneficiaram de uma sensibilidade mais favorável quanto à articulação de suas demandas.

Nesse momento, o processo de construção do sujeito político do MHB se estruturou por meio de uma agenda de direitos diferenciados embasados em uma política de identidades, a “sopa de letrinhas”,¹⁰ diria Facchini (2005). A construção de vulnerabilidades específicas atribuídas a essa “população” foi condição necessária para a formação desses sujeitos políticos. A denúncia da violência associada à diversidade sexual e de gênero permitiu organizar uma agenda de lutas e reivindicações dentro do próprio movimento. Simultaneamente, a luta contra o HIV/aids impôs novos desafios como a necessária articulação com o Estado e com organizações internacionais, além da aquisição de novos capitais políticos.

A Constituição Federal de 1988 produziu condições materiais e simbólicas para avanços importantes na construção dos “direitos LGBT+”, que passam a ser assim nomeados muito em função do avanço do processo de cidadanização da diversidade sexual e de gênero.

10 Facchini (2005) usa essa expressão para se referir ao processo histórico de produção de identidades coletivas relacionadas à diversidade sexual e de gênero no Brasil.

Conforme pontua Carrara (2016), nesse processo, a elaboração reflexiva sobre a experiência social de violência, à qual a população LGBTQIAPN+ é historicamente submetida, teve um caráter estratégico. A produção discursiva das vulnerabilidades do sujeito político LGBTQIAPN+ esteve diretamente associada à construção da violência contra corpos dissidentes de gênero e sexualidades como elemento central para a reivindicação por direitos. Obviamente, o processo de construção de direitos não se esgotou com a Constituinte. Todavia, cabe perceber que, a partir daquele momento, as lutas por reconhecimento em torno da diversidade sexual e de gênero passam a incorporar novos agentes e uma linguagem francamente articulada à gramática dos direitos sexuais como parte dos direitos humanos. Esse repertório ativista resultou em ganhos significativos no campo dos direitos civis, que seriam alcançados nos anos seguintes.

O avanço dos “direitos LGBT+” refletiu, então, a ampliação do debate democrático no país. Um dos maiores feitos do movimento que se organizou em torno desses direitos foi a conversão da invisibilidade em uma visibilidade positiva, na qual as práticas e representações associadas a corpos dissidentes de gênero e sexualidades fossem ressignificadas pelo sentimento de orgulho e reconhecidas como legítimas. Passou-se

a reivindicar a ideia de uma “comunidade imaginada”, nos termos de Anderson (2008), responsável por articular sentidos sobre um grupo marcado por pessoas com uma história de opressões em comum. Essa comunidade que se imagina como LGBTQIAPN+ constitui um coletivo muito diverso internamente, composto de sujeitos de direitos que se conectam pela inscrição compulsória na diversidade sexual e de gênero dissidente, ou insurgente, do ditame heterocisnormativo. Do ponto de vista memorial e patrimonial, trata-se de uma entidade imaginada-idealizada ancorada na sobrevivência física, na resistência social e na militância política, forjada na discussão pública sobre democracia que envolve os excluídos da gerência da maquinaria patrimonial e mais especificamente do arquivo da sociedade (Menezes Neto; Soliva, 2022).¹¹

11 Discutimos em outro artigo uma compreensão acerca dos debates sobre memória e patrimônios LGBTQIAPN+. Nossas reflexões têm como ponto de partida o cruzamento entre a crítica ao regime de poder da sexualidade e a noção de arquivo, postulados por Michel Foucault (2013). Assim, afirmamos: “O arquivo, enfim, é um sistema de discursividade que seleciona e interliga discursos, os aloja na história e, por conseguinte, exclui outros [...]. Ele não é descritível em sua totalidade, é incontornável em sua atualidade e opera entre a tradição e o esquecimento impondo as regras que permitem aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, sem modificarem regularmente” (Menezes Neto; Soliva, 2023, p. 40).

Nesses termos, o processo de cidadanização da diversidade sexual e de gênero passa aos poucos a requerer uma discussão sobre memória e patrimônio. A partir do Golpe de 2016 e dos governos que se seguiram até 2023, ocorreu uma ruptura desse processo de mobilização social e ganhos políticos, devido à escalada de ideias conservadoras de extrema direita abertamente LGBTfóbicas, o que demanda novos desafios à pauta dos patrimônios e das memórias LGBTQIAPN+: o de se manter historicamente relevante, socialmente abrangente e politicamente crítica. Desse modo, as disputas no campo das representações patrimoniais sobre a nação e, especialmente, as disputas pelo protagonismo da maquinaria patrimonial e seu arquivo, visam objetivamente povoar a esfera pública com novas narrativas – com dados sobre a vida e a experiência social LGBTQIAPN+ – e exaltar a diversidade sexual e de gênero como marca indelével da sociedade brasileira. Se a visibilidade associada à política de identidades constituiu a estratégia central do movimento que hoje chamamos LGBTQIAPN+, vemos, cada vez mais, ser acionada a visibilidade sobre o passado de opressão e lutas como mais uma estratégia política para a conquista de direitos para esse grupo. Sem dúvidas, a memória tem se tornado um aspecto importante da política sexual contemporânea.

A ampliação da esfera dos “direitos sexuais” permitiu ao movimento hoje chamado LGBTQIAPN+ construir estratégias de autorrepresentação calcadas na reflexividade, na elaboração política da própria memória e na valorização dos registros históricos produzidos pelos seus agentes e coletivos. Esse repertório se inscreve na ideia de museus e patrimônios LGBTQIAPN+ que acreditamos se relacionarem diretamente com reparação histórica e enfrentamento à “marginalização social” (Nogueira, 2018) e “precarização da vida” (Butler, 2019) desses sujeitos. Nesse sentido, entendemos como bens culturais, artísticos e históricos desse grupo:

Os vestígios documentais, os lugares e as personagens importantes para a experiência social e, também, para a luta pela garantia de direitos e por cidadania dos produtores/detentores desses patrimônios. Tal reconhecimento não se resume ao desejo, ou fetiche, por conservar materialidades do passado, mas, reflete, fortemente, o intuito de reparação patrimonial que se pretende histórica e decolonial, reposicionando os sujeitos políticos, suas narrativas e feitos importantes para a história nacional e para a memória. Como efeito advertido dessa reparação e reposicionamento, sintetizados na consolidação da

cidadania patrimonial, desarma-se um braço da operação de precarização da vida das minorias sociais (Menezes Neto; Soliva, 2022).

A luta por cidadania foi amadurecendo entre aqueles ligados ao “ativismo memorial” (Soares, 2021), que elaboraram uma “vontade de memória” e um “desejo de museu” (Menezes Neto; Soliva, 2023) LGBTQIAPN+. Luiz Mott (1946-) e João Silvério Trevisan (1944-) foram pioneiros nesse processo ao reivindicar a existência de corpos dissidentes de gênero e sexualidades no contexto do Brasil em diferentes momentos históricos. A Mott é atribuída a primeira iniciativa largamente conhecida de construção de um museu dedicado à história da sexualidade, o Museu da Sexualidade, na Bahia. João Antônio Mascarenhas, por sua vez, começou a pensar estratégias de autoarquivamento ao ceder, à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), seu arquivo pessoal composto de cartas e outros documentos de sua história política registros.

Para além dessas pioneiras e relevantes iniciativas, chamamos a atenção para o crescimento expressivo de coletivos e instituições¹² como acervos e museus dedica-

12 A título de registro, vale ressaltar nessa trajetória, a criação, em 2012, do Museu da Diversidade Sexual, em São Paulo (SP), que se apresenta nos últimos anos como uma referência de museu físico dedicado às questões LGBTQIAPN+. Bem como a criação da Revista Memória LGBT em 2013, uma ferramenta de produção, articulação e difusão da memória LGBTQIAPN+ (Baptista; Boita, 2014).

dos à diversidade sexual e de gênero nos últimos anos, especialmente na virtualidade. O surgimento desses suportes de memória virtual faz parte daquilo que autores como Amy Sodaro (2019) e Andreas Hyussen (2000) definem como “boom da memória”. Para Sodaro (2019), o século XX se viu em meio a uma mudança substancial do paradigma da memorialização. Se no século XIX o interesse pela memória esteve a serviço do Estado-nação, a partir da segunda metade do século seguinte, e mais intensamente no XXI, os processos de rememoração insinuariam um “ajuste de contas” com um passado marcado por violências e formas de opressão. Se no passado instituições como o “museu universal” (Vergès, 2023) ajudariam a encenar a grandeza do Estado-nação, apagando a violência colonial de suas narrativas, atualmente, o crescimento expressivo de arquivos, lugares de memória e museus referidos às denúncias de violação de direitos humanos celebrariam um novo contexto: a descolonização de museus e patrimônios.

De acordo com Myrian Sepúlveda dos Santos (2021), no Brasil, esse movimento parece ter tomado corpo a partir do fim da ditadura militar e da retomada do regime democrático. Ao analisar a trajetória dessas políticas de memória, a autora avalia como conflituosa a relação do Estado brasileiro com a construção da memória do período pós-ditadura militar. As tensões entre diferentes

setores do governo, sobretudo militares, na condução de ações de “desarquivamento do passado” impõem limites importantes à efetivação dessas políticas. Vale destacar, naquele período, a ausência de grupos historicamente marginalizados, como indígenas, camponeses e, claro, a população LGBTQIAPN+ nos processos de reparação e na participação na construção dessas ações. Esses conflitos se tornaram ainda mais intensos com a ascensão do governo ultraconservador de Jair Bolsonaro, em 2018.

A desarticulação de instâncias governamentais como a Secretaria de Direitos Humanos, a Secretaria de Políticas para as Mulheres e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial produziu retrocessos na condução de negociações relacionadas às políticas de memória do período pós-ditadura (Santos, 2021). Mais do que isso, a gestão de Jair Bolsonaro se estruturou em torno do apagamento e da falsificação do passado como estratégia política. O enaltecimento de notórios ditadores – como o coronel Brilhante Ustra, considerado por ele e seus aliados como “herói nacional” – e a tentativa deliberada de esquecimento do passado de luta de militantes e coletivos ligados à causa LGBTQIAPN+ são alguns dos exemplos da tentativa dos ultraconservadores de produzir discursos e representações sobre o passado da nação.

As estratégias de “falsificação do passado” operadas durante o governo de Bolsonaro acentuaram o ativismo

memorial e a necessidade de lembrar. Suas políticas ultra-conservadoras interromperam o avanço das negociações por direitos relacionados à diversidade sexual e de gênero; então, rememorar o passado tornou-se estratégia política importante como forma de reivindicação por cidadania no contexto de direitos constantemente ameaçados. As disputas contra o esquecimento assumiram a forma de luta por justiça (Yerushalmi *apud* Santos, 2021). É a partir desse contexto que situamos o expressivo aumento dos museus e arquivos virtuais LGBTQIAPN+ no campo do patrimônio, o que chamamos de “desejo de museus”.

Esses museus têm proporcionado pensar de forma crítica o “lugar simbólico” da diversidade sexual e de gênero na sociedade brasileira. Isso sugere reconhecer a inscrição das existências não conformes à heterocisnormatividade na perspectiva mais abrangente da cultura. Ou seja, é admitir que a diversidade sexual e de gênero constitui uma dimensão central de “nossas identidades pessoais e sociais (para estabelecer nossos lugares no mundo, nossas redes de sociabilidade, o modo como nos vemos e como os outros nos veem)” (Carrara, 2005, p. 19). Portanto, esse “lugar simbólico” da diversidade sexual e de gênero implica perceber as formas de resistência, agenciamentos, negociações, silêncios, transgressões, burlas e revoltas como dinâmicas que integram um movimento constante de transformação de si e dos outros.

Os museus LGBTQIAPN+, por sua vez, como instituições cogestoras do arquivo (Foucault, 2013), podem desarticular os silenciamentos que atravessam a história oficial e a memória da população LGBTQIAPN+, legitimando a historicidade constitutiva da experiência dos corpos dissidentes da norma de gênero e sexualidade. Diferentemente dos museus universais, eles podem, de modo subversivo, abrigar e visibilizar as “memórias subterrâneas” (Pollak, 1989) inscritas nos processos de produção das desigualdades entre dominadores e dominados que disputam, assimetricamente, diferentes versões da história. As memórias da população LGBTQIAPN+ foram soterradas, proibidas por serem indizíveis e despudoras diante da moralidade heterocisnormativa constitutiva da história hegemônica da nação (Araújo; Santos, 2007). Assim, os museus LGBTQIAPN+ se convertem em armas no jogo social de lembrar e esquecer, empenhados, como missão, em inserir outras versões da história, com provas materiais, no campo de embates simbólicos e memoriais da esfera pública.

Esses lugares de “memória subterrânea” produzem mecanismos de burla nas convenções que instituem patrimônios e museus. Se a noção de patrimônio se confunde com a própria ideia de Estado-nação, estamos falando de um investimento material e simbólico na construção de uma versão da história arquitetada por grupos dominantes. É nesse sentido que os museus

LGBTQIAPN+, ao burlarem essas convenções, são investidos de uma energia criativa capaz de provocar fissuras nas paredes do edifício patrimonial, podendo materializar mudanças naquilo que os operadores da história oficial e da memória coletiva desejam guardar.

MUSEUS E MUSEOLOGIA LGBTQIAPN+: ATIVISMO ACADÊMICO E CIDADANIA

A museologia, como “o conjunto de tentativas de teorização ou de reflexão crítica sobre o campo museal, ou ainda como a ética ou a filosofia do museal” (Desvallées; Mairesse, 2013, p. 55), apresenta um ponto de vista específico – ético, moral e político – sobre patrimônio e memória LGBTQIAPN+. A discussão museológica intenta, sobremaneira, reconhecer não apenas a existência da experiência social de um grupo alijado da história oficial a ser convertida em memória coletiva, como também a força patrimonial de tal memória e a sua inerente musealidade. Ou seja, os patrimônios e as memórias LGBTQIAPN+ têm valor de “objeto de museu”, com caráter extraordinário e representativo, capaz de revelar narrativas e dimensões identitárias e ideológicas localizadas no tempo e no espaço. Reconhecer a importância dessas musealias faz parte do empreendimento de reconstruir a ideia de museu, pensando, agora, em instituições que, em grande medida,

projetam-se por meio de uma função/missão utópica de vislumbrar não a conservação do mundo através da celebração do passado, mas a transformação do mundo vislumbrando a inclinação ao futuro, como pensam Desvallés e Mairesse (2013). Nessa perspectiva utópica, porém necessária e urgente, as mudanças na experiência social LGBTQIAPN+ passam pela produção de historicidade e, consequentemente, pela colaboração dos museus na reordenação simbólica, imagética e discursiva de tal experiência.

Há pelo menos mais de uma década, a museologia brasileira empreende um ponto de vista museológico e museal sobre os debates que envolvem as noções de gênero e sexualidade. A museologia não só ajudou a incluir tais noções no repertório conceitual clássico do campo, como memória e patrimônio, como também tem buscado contribuir com a comunidade LGBTQIAPN+ nas disputas em torno do direito à memória e do acesso à “cidadania patrimonial”¹³ (Lima Filho, 2015).

Para os pesquisadores e ativistas do campo da museologia LGBTQIAPN+, Jean Baptista e Tony Boita, os museus, via de regra, reproduzem narrativas heterocisnormativas e LGBTQifobia estrutural na cultura brasileira. Seus diversos

13 Cidadania patrimonial, como defende Manuel Ferreira Lima Filho (2015), refere-se à capacidade operativa de indivíduos e grupos para a construção de estratégias de interação com os bens culturais e com as políticas patrimoniais.

trabalhos publicados informam que a produção acadêmica sobre o tema é ainda incipiente e o conjunto de museus brasileiros não discute a ausência de patrimônios e memórias LGBTQIAPN+, tampouco faz o mea-culpa necessário para a reparação histórica. Para os autores, esse quadro reforça advertidamente a discriminação e o preconceito contra pessoas LGBTQIAPN+ e a necessidade de os museus responderem à agenda dos movimentos sociais. Em seus termos, os museus deveriam ser “uma ação cidadã interessada em colaborar na superação de fobias à diversidade sexual impregnadas na cultura nacional” (Baptista; Boita, 2017, p. 111).

Desvela-se uma dimensão pedagógica dos museus que, ao promover, salvaguardar e difundir as memórias e os patrimônios LGBTQIAPN+, produzem novos repertórios de ideias com argumentos e imagens positivas sobre a diversidade sexual e de gênero, tanto quanto elaboram e disseminam na esfera pública uma história inclusiva. Os museus seriam corresponsáveis, assim, pelo enfrentamento à precariedade simbólico-patrimonial, manejando o processo de circulação de conteúdos politizados e politizantes que ensinam à sociedade sobre o respeito às diferenças e à valorização da diversidade sexual e de gênero.

O antropólogo e museólogo Bruno Brulon Soares (2021) critica a forma como o Estado brasileiro tem tratado a produção e a preservação das memórias e dos patrimônios LGBTQIAPN+. Para ele, as políticas culturais, patrimoniais

e museais no Brasil, postas em prática na última década, entregaram a algumas poucas instituições não estatais a responsabilidade social de promover a representação das diferenças. Nesse sentido, os grandes museus, inclusive os públicos, que se entendem como universais, e suas museologias conservadoras e tradicionais continuam a replicar narrativas hegemônicas sem ser impelidos a ajustar condutas com vistas a produzir conteúdos afirmativos relacionados à diversidade sexual e de gênero. Soares (2021, p. 83) destaca uma espécie de “transferência subliminar de responsabilidades inerentes à máquina de um Estado democrático”, que isenta os museus convencionais/normativos de lidarem com as questões da diversidade sexual e de gênero. Nos termos do autor:

O cenário desigual e instável dos museus brasileiros no presente é reflexo de uma tentativa afirmativa de se criar novos museus nas margens para solucionar um problema estruturante do centro político de representações sociais. Como resultado, a nossa política atual das identidades culturais assegura a existência das manifestações de grupos específicos e patrimônios minoritários produzindo, em contrapartida, a invisibilidade e exclusão, exceto nos fóruns especializados e nas redes marginalizadas que se constroem para além da paisagem museal dominante mantida pelo Estado neoliberal e em função de demandas do mercado “global” (Soares, 2021, p. 83).

Uma das saídas para a precarização simbólico-patrimonial produzida pelo Estado aparece na atual agenda de uma “museologia comunitária LGBTQIAPN+” (Boita *et al.*, 2022) – elaborada em oposição ao pensamento LGBTfóbico que é estrutural na organização e na dinâmica dos museus normativos/tradicionais/universais – que tem por objetivo alçar a própria população LGBTQIAPN+ ao posto de protagonista do controle das memórias e dos patrimônios. Assim, museus e arquivos virtuais LGBTQIAPN+, desassociados das instituições oficiais do Estado – como por exemplo, o Museu Bajubá, o Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA) e o Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB)¹⁴ –, embora não respondam

14 Para mais informações sobre a história e as ações desses museus, ver o artigo “Musealizando a diferença: acervos e museus virtuais LGBTQIAPN+” (2023), de Hugo Menezes Neto e Thiago Barcelos Soliva (2023). Especificamente sobre o MUTHA ver o artigo mais recente do seu fundador, Ian Guimarães Habib, “Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA): museu como obra de arte” (2023). Nesse artigo, Habib reflete sobre como o MUTHA desestabiliza o caráter ontológico do conceito de museu na medida em que provoca uma borra entre o museu e a própria obra de arte. Em suas palavras, o MUTHA procede “uma (re)escrita da história como ferramenta criativa, com o intuito de disputar campos epistemológicos, apontando normatividade nos fatos registrados pela cisgeneridade e sugerindo transformações”. Para saber mais sobre o Museu Bajubá, ouvir o episódio “Museus LGBTQIAPN+: o Museu Bajubá”, do *Museológicas Podcast* (2023).

diretamente às noções clássicas de um “museu comunitário”, que envolvem territorialidades, têm atuado por entre conceitos e operações de uma “museologia comunitária”. Esta é protagonizada pela população LGBTQIAPN+ e comprometida com o enfrentamento à precarização simbólico-patrimonial que sobre ela incide.

A partir da Constituição Federal de 1988, houve a consolidação dos direitos culturais (em suas dimensões, sociais, jurídica, simbólica e cidadã) e o alargamento da ideia de patrimônio que passou a contemplar também os bens culturais imateriais. Para a historiadora e museóloga Gleyce Kelly Heitor (2021), essas mudanças provocam uma ampliação do perfil dos sujeitos que acessam os processos de patrimonialização e musealização, e, ao mesmo tempo, provocam a emergência de memórias e patrimônios decorrentes das lutas das minorias sociais, tal qual ocorre no caso da população LGBTQIAPN+. Para a autora, os museus comunitários passam a ser o espaço possível da luta por direitos à cidadania:

Os museus comunitários têm ocupado um lugar importante na criação de circuitos para a tessitura e difusão de discursos que são contrapontos às narrativas oficiais, assumindo diferentes formas e metodologias. As iniciativas comprometidas com a garantia de direitos coletivos, por via da afirmação de identidades, localidades e agendas de lutas, são espaços ou processos que

atuam com práticas de reconhecimento, preservação e consagração de memórias (Heitor, 2021, p. 72).

Como é possível perceber, o aumento dos museus comunitários e a emergência de uma “museologia comunitária LGBT+” refletem a crítica direcionada à museologia tradicional e às disputas por memória no Brasil contemporâneo. Por sua vez, o debate acerca da efetivação dos direitos humanos tem organizado sentidos que correlacionam a esfera dos “direitos sexuais” e as disputas em torno da memória. O objeto da crítica acerca da ausência, ou proposital invisibilidade, das questões LGBTQIAPN+ nos museus diz respeito não apenas aos reflexos de uma estrutura social hegemonicamente heterocisnormativa a serem corrigidos, mas à violação do direito à memória e, conseqüentemente, dos direitos humanos, que impede grupos precarizados de acessar o pleno exercício de cidadania, como garante a Constituição Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: CORPOS DISSIDENTES NÃO CABEM NOS MUSEUS?

Este artigo se apresenta como contribuição ao tema dos museus e patrimônios LGBTQIAPN+ pensando na tensa relação entre “política sexual”, “direitos sexuais”, “cidadanização da diversidade sexual e de gênero

no Brasil” e “precarização simbólico-patrimonial”. Não é difícil constatar que a maquinaria patrimonial do Estado brasileiro tem se mostrado pouco interessada em fomentar memórias e patrimônios LGBTQIAPN+. Não existem políticas públicas específicas com vistas à reparação histórica e patrimonial que contemplem as memórias e os patrimônios LGBTQIAPN+ no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e no Ibram. São raros os monumentos e as estátuas em homenagem a importantes nomes LGBTQIAPN+ da história, da arte, da ciência, da política e de outras dimensões relevantes da sociedade brasileira. Do mesmo modo, nada aponta para um movimento de tombamento de edificações que foram centros de sociabilidade da população LGBTQIAPN+. Com raras exceções, os museus tradicionais continuam reproduzindo convenções hegemônicas heterocisnormativas acerca do que deve ser rememorado.

É notória a dificuldade de formular e realizar uma agenda democrática no campo da memória e do patrimônio na sociedade brasileira, sobretudo em áreas fortemente marcadas por discursos morais e religiosos, como os “direitos LGBT+”, o que tem contribuído decisivamente para o adensamento dos debates acerca do ativismo memorial e das ações museais independentes. Em resposta aos entraves próprios dos processos de

precarização simbólico-patrimonial, essa população passa a construir os próprios museus, orientados por uma museologia comunitária independente que busca efetivamente “descolonizar o museu” (Vergès, 2023). Esses museus LGBTQIAPN+ têm produzido mecanismos que operam por meio de uma agência criativa, provocando fissuras na maquinaria patrimonial que ajudam a lentamente corroer o sentido canônico de patrimônio, alargando os sentidos em torno da relação entre memória e efetivação dos direitos humanos. Como pensa o pesquisador trans, Carlos Tedesco (2023), os museus, suas exposições e outras atividades, quando transgressoras, podem ser bons instrumentos para a sociedade repensar a ficcionalidade do gênero e um convite para escrever outras histórias.

Estamos falando de um intenso campo de disputas. Como lembra Michael Pollak (1992, p. 5): “a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos”. Fazem parte dessa disputa grupos marcados por diferenças sexuais e de gênero, dispostos em hierarquias sociais que privilegiam a heterocisnormatividade branca. As divergências e hierarquias simbólicas estão inclusive dentro da própria população LGBTQIAPN+ e o problema da “diferença dentro da diferença” se reflete em

demandas patrimoniais e museais também diferentes, por vezes divergentes.¹⁵

Não apenas as memórias, mas os museus – como instituições de legitimação dos discursos, das narrativas, da historicidade e da museália LGBTQIAPN+ – estão também em disputa. Se os corpos dissidentes não cabem nos museus universais/tradicionais, criam, então, os próprios museus para “a fabulação de outros corpos, outras formas de existência e outros mundos possíveis, impossíveis e mais-que-possíveis” (Habib, 2023, p. 15). Está em jogo fazer do museu um meio de acesso à cidadania, narrando outra vez o passado para enfrentar a precarização do presente e celebrar a utopia de um futuro democrático e inclusivo.

15 Como exemplo da diferença dentro da diferença, Victória Lobo Fernandes (2022) defende a urgência de uma “museologia sapatão”, com vistas a produzir visibilidade ao que ela chama de “memória afirmativa sapatônica” e a enfrentar à lesbofobia. As reflexões da autora vão ao encontro das questões trazidas por Geanine Escobar (2021), que discute a incidência das lesbiandades negras e periféricas para formulações narrativas museais. Vale citar ainda as questões ligadas às demandas das mulheres travestis e transexuais, como ilumina Lirous K’yo Fonseca Ávila (2020), problematizando a total ausência de narrativas, memórias e patrimônios que se remetam à história e às experiências sociais de pessoas transexuais e travestis.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: implicações políticas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 79, p. 95-111, 2007.

ÁVILA, Lirous K'yo Fonseca. No museu, onde está a travesti?. *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, Florianópolis, v. especial, n. 1, p. 7-14, jul. 2020.

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Museologia comunitária, comunidades LGBT e direitos humanos: estratégias de superação de fobias à diversidade sexual no Brasil. *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, Florianópolis, v. especial, n. 1, p. 132-146, maio 2017.

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Protagonismo LGBT e museologia social: uma abordagem afirmativa aplicada à identidade de gênero. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 27, n. 41, p. 175-192, 2014.

BOITA, Tony *et al.* Museologia comunitária LGBT+: Museu Transgênero de História da Arte e Ponto de Memória Aquenda as Indacas no ensino de museologia. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, DF, v. 11, n. 21, p. 18-28, 2022.

BOITA, Tony; BAPTISTA, Jean. Relatório LGBTfobia e Instituto Brasileiro de Museus: versão preliminar – uma abordagem queer interseccional. In: PRIMO, Judite *et al.* *Sociomuseologia: corpos geradores, gênero e identidade*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, p. 119 – 128, 2023.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CÂMARA, Cristina. *Cidadania e orientação sexual: a trajetória do Triângulo Rosa*. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

CARRARA, Sérgio. A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 47, 2016.

CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 323-345, 2015.

CARRARA, Sérgio. O Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos e o “lugar” da homossexualidade. In: PILLAR GROSSI, Mirian *et al.* *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 17- 25, 2005.

CARVALHO, Mário; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, ago. 2013.

DANIEL, Herbert; MÍCCOLIS, Le la. *Jacarés e lobisomens: dois ensaios sobre homossexualidade*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. Conceitos-chave de museologia. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.

ESCOBAR, Geanine Por uma museologia lésbica egra. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 61, n. 17, p. 5-41, abr. 2021.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas?: Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos de 1990*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

GÓIS, João Bôscio Hora. *Vestígios da força das palavras: escritos sobre a aids. 1999. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.*

GREEN, James N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

HABIB, Ian Guimarães. Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA): museu como obra de arte. In: PRIMO, Judite et al. *Sociomuseologia: corpos geradores, gênero e identidade*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, p. 11 – 27, 2023.

HEITOR, Gleyce Kelly. *Quando o museu é uma luta: a criação do Museu da Beira da Linha do Coque e do Museu*

das Remoções. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JEUDY, Henri-Pierre. *O espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira Lima. Cidadania patrimonial. *Anthropológicas*, 26 (2): 134-155, 2015. LOBO, Victoria Fernandes. Museologia sapatão: uma proposta comunitária expositiva. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, DF, v. 11, n. 21, p. 220-230, 2022.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”*. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

MENEZES NETO, Hugo; SOLIVA, Thiago Barcelos. Musealizando a diferença: acervos e museus virtuais LGBTQIAPN+. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 24, n. 65, p. 34-65, 2023.

MENEZES NETO, Hugo; SOLIVA, Thiago Barcelos. Patrimônios LGBTQIA+: tensões e disputas no campo patrimonial. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, Cuiabá, v. 9, n. 19, p. 17-32, jan./abr. 2022.

MUSEOLÓGICAS Podcast 157: Museus LGBTQIAPN+: o Museu Bajubá. Entrevistadores: Hugo Menezes Neto e Thiago Barcelos Soliva. Entrevistada: Rita Colaço. Recife: UFPE, 29 jul. 2023. Podcast. Disponível em: <https://podcasters.spotify.com/pod/show/museologicas-podcast/episodes/157---Museologia->

LGBT-brasileira-o-Museu-Bajub-e26bq2q. Acesso em: 3 jul. 2024.

NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim. Da cartografia da resistência ao observatório da violência contra pessoas trans no Brasil. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 220-225, 2018.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão contra a comunidade LGBT*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memória e ditadura militar: lembrando as violações de direitos humanos. *Tempo Social*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 289-309, maio/ago. 2021.

SOARES, Bruno Brulon. Os desajustados da floresta: corpos dissidentes em museus insubordinados. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, DF, v. 10, n. 20, p. 102-121, 2021.

SODARO, Amy. Museus memoriais: a emergência de um novo modelo de museu. *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 20, n. 44, p. 207-231, set./dez., 2019.

TEDESCO, Caio de Souza. O que se encontra no âmago da transgressão? Histórias trans no Museu Antropológico do Rio Grande do Sul. In: PRIMO, Judite *et al.* *Sociomuseologia: corpos*

geradores, gênero e identidade. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, p. 69 – 93, 2023.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. São Paulo: Objetiva, 2018.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da História*. Curitiba: Huya, 2016.

VERGÈS, Françoise. *Decolonizar o museu: programa de desordem absoluta*. São Paulo: Ubu, 2023.

YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (in)submissas) travesti. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 3, 2020.